
O 2.º Visconde de Santarém, fundador da cartografia científica (1844-2024)

Carlos Manuel Baptista Valentim e Daniel Estudante Protásio



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/13048>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.13048

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrónica

Carlos Manuel Baptista Valentim e Daniel Estudante Protásio, «O 2.º Visconde de Santarém, fundador da cartografia científica (1844-2024)», *Terra Brasilis* [Online], 18 | 2022, posto online no dia 31 dezembro 2022, consultado o 22 setembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/13048> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.13048>

Este documento foi criado de forma automática no dia 22 setembro 2023.



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional - CC BY-NC-SA 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

O 2.º Visconde de Santarém, fundador da cartografia científica (1844-2024)

Carlos Manuel Baptista Valentim e Daniel Estudante Protásio

Apresentação: o desígnio do 2.º Visconde de Santarém para Portugal

- 1 Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Leitão e Carvalhosa (Lisboa, 1791-Paris, 1856), segundo Visconde de Santarém, é o Poggio português. Gian Francesco Poggio Bracciolini (1380-1459), referido no Cortesão de Castiglione, foi um humanista do primeiro renascimento italiano, famoso por ter localizado, em livrarias conventuais germânicas, suíças e francesas, manuscritos, de autores da Roma clássica tão famosos quanto Cícero, Quintiliano, Vitruvius e Lucrécio.¹ No caso do visconde português, o envolvimento no processo de transcrição e edição (comentada e anotada) do manuscrito da *Crónica da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, em 1840-41, em parceria com o visconde da Carreira, granjeia-lhe notável aura de especialista e fama internacional. Para o visconde de Santarém, de resto, esse momento constitui o culminar do processo de demanda, estudo e divulgação de documentação avulsa e de obras literárias no Rio de Janeiro, em Portugal e em Paris, iniciado em 1809, com apenas dezasseis anos.
- 2 A propósito deste historiador e compilador de documentos da história constitucional portuguesa e das relações internacionais portuguesas, guarda-mor da Torre do Tombo em 1824-33 e 1842-56, cronista do reino e ministro dos Negócios Estrangeiros de D. Miguel, pode ser invocado o opúsculo *Do louvar-se a si mesmo sem inveja*, de Plutarco, cuja finalidade seria a de se auto-louvar, pela arte de “dissimular, de conduzir os discursos e de solicitar a atenção do interlocutor sem que este se aperceba”.²
- 3 Cortesão por tradição familiar e diplomata por vocação,³ o visconde de Santarém constitui uma das mais sublimes afirmações de um tradicionalismo orgânico português,

sensibilidade ideológica dos finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte ainda relativamente desconhecida. De facto, as bases da matriz do pensamento e práxis histórico-política do 2.º visconde de Santarém podem ser encontradas na produção legislativa do reinado de D. João V,⁴ no neoclassicismo das escavações de Herculano, na erudição enciclopédica de Frei Manuel do Cenáculo, mentor do 1.º visconde de Santarém (1757-1818) e na interpretação estrita, por José de Seabra da Silva, da história constitucional portuguesa.⁵

Figura 1: Retrato em óleo sobre tela do 2.º Visconde de Santarém, cerca de 1850, de autor desconhecido



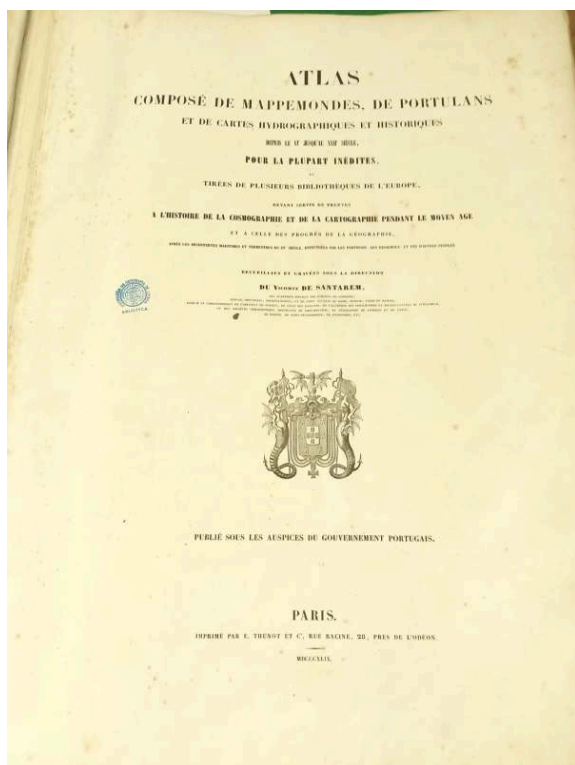
Reprodução gentilmente cedida pela Biblioteca e Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa

- 4 Testemunha privilegiada das fórmulas, protocolos e práticas orgânico-funcionais da Casa Real e da Casa do Infantado (nas quais o pai exerce funções de primeira linha), no 2.º visconde de Santarém é visível o peso e o precedente da tradição não-escrita, da valorização e gestão do património material e imaterial da coroa e da nação (indestrinçáveis, sob o Antigo Regime).
- 5 O essencial da sua ação e pensamento pode ser explanado em três conjuntos de áreas nas quais interveio:
 - 6 1. Do protocolo diplomático ao arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, passando pela constituição – inacabada – de uma colecção contendo extratos, súmulas e íntegras de documentos diplomáticos portugueses;
 2. Dos registos escritos referentes aos Três Estados reunidos em cortes tradicionais, à legitimidade debatida na chamada Questão Portuguesa, passando pelas matérias do Direito Público interno e Direito Público externo (áreas hoje definidas como Ciência Política e Relações Internacionais);
 3. Da defesa da prioridade dos descobrimentos portugueses, no contexto das

navegações extraeuropeias, passando pela definição da cartografia como ramo científico da geografia histórica.

- 7 Tudo isto é objeto de estudo e de inovação, por parte do 2.º visconde de Santarém.
- 8 Conselheiro de Estado, grã-cruz da Ordem de Cristo, de Isabel a Católica e de Carlos III de Espanha, ministro do Reino e interino da Marinha e dos Negócios Ultramarinos em 1827 e dos Negócios Estrangeiros de 1828 a 1834, não foi nem bacharel, nem lente da Universidade de Coimbra, nem político filiado em partido.
- 9 Foi, antes, um autodidata, que deixa de estudar aos 16 anos (devido à Primeira Invasão Francesa), membro de dezenas de academias nacionais e estrangeiras, que se torna o historiador português de maior prestígio internacional nas décadas de 1840 e 1850.
- 10 Entre 1827 e 1834 (nos reinados de D. Pedro IV e de D. Miguel I), o visconde consegue federar as direitas do conservadorismo monárquico e tradicionalista, ideologicamente moderado e regalista, de apoiantes aristocráticos da Carta Constitucional e, depois, da reunião de cortes tradicionais de Lisboa, de 1828. No ideário deste miguelista, mesclam-se as influências do barão de Montesquieu, de Edmund Burke e do visconde de Chateaubriand: recusa de ideias revolucionárias, sim, mas tolerância humana, com ecos não muito distantes do que propõe Voltaire.⁶
- 11 A visão histórica que o 2.º visconde de Santarém alimenta para Portugal é a de um país com raízes civilizacionais que recuam ao século VI a.C. (depois da chegada dos Fenícios), cuja ciência náutica e arte de navegar faz remontar ao tempo dos Lusitanos de Sertório. Esta proto mitologia nacionalista constitui, à época, a resposta à altura do que a historiografia francesa afirma como a prioridade dos marinheiros de Dieppe na chegada à costa da Guiné em pleno século XVII. O que o sábio português contraria com as várias tiragens do *Atlas composé de mappemondes et de portulans, et de cartes hydrographiques et historiques depuis le VI de notre ère jusqu'au XVII siècle* (1849) e, sobretudo, com o *Éssai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-âge et sur les progrès de la géographie après les grandes découvertes de la XV siècle* (1849-1852).

Figura 2: Frontispício da obra *Atlas composé de cartes Hydrographiques et Historiques*, editado por el 2º Visconde de Santarém (1849)



Reprodução gentilmente cedida pela Biblioteca e Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa

- 12 O mito imperial e luso-tropicalista alimentado pelo Estado Novo cultiva a imagem de um visconde de Santarém “Nuno Álvares do império” (sobretudo nas décadas de 1930 a 1950). O que produz, na historiografia oposicionista, um exagero simétrico: o de procurar anular o valor científico do que escreveu e pensou, a nível da história dos Descobrimentos. Vitorino Magalhães Godinho e, sobretudo, Duarte Leite, tentam despojá-lo de relevância, no debate dos descobrimentos portugueses do século XV e da mitologia da Escola de Sagres, o que hoje em dia ainda carece (sobretudo no caso de Leite) de uma refutação à altura.⁷
- 13 Felizmente que o século XXI tem assistido ao recrudescer do interesse por esta figura e respectiva obra, a quem foi dedicada uma tese de doutoramento (publicada), uma biografia intelectual e política e uma obra coletiva,⁸ as quais procuram reavivar o interesse por um historiador português introdutor, em Portugal, do método científico franco-germânico de Guizot e de Ranke, elogiado por figuras tão díspares quanto Alexander von Humboldt (1769-1859), Henrich Schaefer (1794-1869) e o visconde brasileiro de São Leopoldo (1774-1847).⁹
- 14 No 2.º visconde de Santarém, Portugal tem o maior estrangeirado do século XIX e um dos seus mais gloriosos exilados de toda uma existência de quase novecentos anos (1143-2023).

O 2.º Visconde de Santarém e os estudos de História da Cartografia

- 15 Ao visconde de Santarém ficou a dever a historiografia portuguesa um conjunto de inovações metodológicas fundamentais, que levaram ao surgimento de novas práticas de investigação, bem como à renovação de um campo de estudos que abarca as navegações oceânicas portuguesas dos séculos XV e XVI, a história da cartografia e a história diplomática. Não deixa de surpreender a quantidade e a qualidade dos estudos, edições, corpos documentais e investigações que o visconde efetuou durante a sua (não muito longa) vida (1791-1856), numa época marcada por profundas mudanças políticas e sociais, quer em Portugal, quer na Europa. Exilado por motivos políticos em Paris,¹⁰ o 2º visconde de Santarém veio a estar ao serviço do Estado português para efetuar estudos que apresentassem prova documental e cabal, força argumentativa e evidências claras que afastassem as pretensões francesas ao controlo territorial relativamente a um espaço que se situava entre o Senegal e os Rios da Guiné.
- 16 O visconde de Santarém teve, de facto, um papel decisivo numa disputa diplomática que motivou uma polémica internacional – numa época dominada pelos projetos imperiais europeus – sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa ocidental africana. Santarém editou, com uma introdução e notas, a *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara (1841), códice descoberto e identificado em 1837 por Ferdinand Denis (1798-1890)¹¹, estudioso e investigador da História e Cultura Portuguesas. O erudito visconde admirava a forma como um “pequeno Estado” dera início a uma “*revolução imensa, revolução que abrangeu todas as partes do globo, e que ligou o antigo ao novo mundo, estabelecendo comunicações entre nações que até ali eram as mais desconhecidas e remotas!*”¹² E essa revolução seria tanto mais perceptível, quanto se estudassem os mapas antigos e as concepções geográficas da Antiguidade Clássica e Idade Média. Pois tais fontes davam testemunho dos estreitos limites com que era o Mundo representado, e descreviam as fábulas e os monstros que o povoavam, por desconhecimento da realidade, nos séculos que precederam os descobrimentos geográficos das navegações portuguesas, que tinham rompido com o mito da inabitabilidade de uma zona tórrida no Equador, mostrando a comunicabilidade entre continentes e oceanos. O visconde chamava a atenção para o facto “*de terem ousado os Portugueses passar além da meta em que até ali todos os navegantes tinham parado*”.¹³
- 17 A *Memória sobre a Prioridade dos descobrimentos portugueses na costa ocidental de África para servir de ilustração à Crónica da conquista da Guiné* foi publicada no ano de 1841, edição que viria a ser traduzida para francês no ano seguinte, por intervenção de Rodrigo Fonseca Magalhães, importante político associado aos governos liberais e que ocupava interinamente a pasta dos Negócios Estrangeiros.
- 18 Para o historiador e diplomata, que residia, estudava e investigava em Paris,¹⁴ o passado português estava carregado de glórias, feitos e atos heroicos notáveis, o que era razão suficiente para se proceder a uma contínua e persistente recuperação dessa memória histórica, através da obra dos cronistas dos séculos XV e XVI e dos registos documentais, fossem escritos ou pictóricos, sobretudo por via da cartografia, do seu estudo e análise. Aí residia a chave para se entenderem as grandes transformações da visão do globo terrestre desde a Antiguidade e da Idade Média ao Renascimento, surgindo durante neste último período uma nova cartografia que apresentava o Globo com as suas formas e dimensões aproximadas, em resultado da abertura do Mundo

levada a cabo pelos portugueses. A História do Mundo refletia-se, assim, na cartografia: “o estudo da sucessão cronológica das cartas antigas permite-nos seguir par e passo a evolução, e, por vezes, a revolução do conhecimento humano do globo [...]”.¹⁵

- 19 Trabalho de investigação e argumentação histórica, diplomacia e política,¹⁶ encaixavam-se para sustentar a emergência de um novo império,¹⁷ após a independência do Brasil e o fim do império luso-brasileiro, em 1822. Tinha início, então, uma nova História da Expansão Ultramarina Portuguesa, escorada em fontes escritas e cartográficas, muitas até esse momento e inéditas.¹⁸ Essa renovação historiográfica inseria-se num panorama mais vasto, no qual a História se autonomizava como ciência,¹⁹ nos círculos intelectuais, nos espaços públicos, nos livros e em revistas, que se foram multiplicando, dotando de uma autoconsciência histórica os Estados-Nação Império e os grupos sociais mais dinâmicos do ponto de vista cultural e científico. Nos quais se incorporava o 2º visconde de Santarém, como nos atestam as agremiações científicas nacionais e internacionais em que tinha assento: Academias das Ciências de Lisboa e de Roma; Academia de la Historia de Madrid, Academia das Inscrições e Belas-Letras de Paris e de Estocolmo; Instituto Real dos Países Baixos; Sociedade Asiática de França; Sociedades dos Antiquários de França e da Normandia e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.
- 20 O visconde de Santarém estava ciente do “valor pragmático” da História na defesa dos interesses nacionais, perante outras potências imperiais, como a França, que tinham maior disponibilidade de recursos humanos e materiais.²⁰ Protagonista de uma “Geografia militante”,²¹ o visconde polemizou, a nível internacional, na questão das “prioridades” nacionais, com vultos como d’Avezac (1800-1875) e Alexander von Humboldt (1769-1859), enquanto procurava publicar um conjunto de estudos historiográficos sobre geografia e cosmografia na Antiguidade, Idade Média e Renascimento e editar velhos mapas.²² Fazia-o em atlas, que rapidamente se vieram a impor como um instrumento determinante nas disputas e querelas, entre Estados europeus, sobre os territórios da África Ocidental, na segunda metade do século XIX.

Considerações finais

- 21 Os estudos metodológicos da história e da geografia, da literatura dos descobrimentos e da cartografia, ganham toda uma nova dimensão quando contextualizados de modo sistemático. Num século XXI em que a bibliografia ativa do Visconde de Santarém está inédita há algumas décadas,²³ o presente artigo, em coautoria, recupera informação essencial e permite obter uma visão de conjunto sobre um intelectual português que, exilado por motivos políticos, dedica os últimos anos de vida a defender a prioridade das navegações portuguesa na costa ocidental africana, decisiva para que a Europa alargasse o âmbito do conhecimento geográfico do espaço atlântico.
- 22 Em anexo apresentamos uma pequena seleção de textos da autoria do 2º Visconde. Um primeiro texto contém excertos das *Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais, que em Portugal se celebraram pelos Três Estados do Reino. Ordenadas, e compostas neste ano de 1824*, parte 1.^a, 1827, pp. III-V; em seguida edita-se o *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima, o Senhor Dom Miguel I, rei de Portugal e dos Algarves e seus domínios (1832)*; um terceiro texto inclui parte da introdução à *Crónica do Descobrimento e conquista da Guiné, por Gomes Eanes de Zurara (1841)*; por fim, uma edição traduzida, pela primeira vez para

português, de um trecho da Introdução do *Éssai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie* do Visconde.

- 23 O anexo contém ainda uma seleção de mapas em imagens amavelmente cedidas pelo Museu de Marinha, do *Atlas composé de cartes Hydrographiques et Historiques*[...] publicado em 1842, e editado pelo 2º Visconde Santarém.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Martim (1989), prefácio a *Atlas du vicomte de Santarém. Édition fac-similée des cartes définitives, organisée par...*, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, pp. 1-4.

CORTESÃO, Armando (1960), *Cartografia Portuguesa Antiga*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

DIVER, Felix (2001) *Geography Militant. Cultures of Exploration and Empire*, Oxford/Malden.

GARCIA, João Carlos (2006), “Mapas e Atlas do Visconde de Santarém. A Prioridade no descobrimento da África Ocidental”, in *O 2º Visconde de Santarém e a História da Cartografia*, Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 7-16.

KOSSELECK, Reinhart (2016), *historia/História*. Traducción e introducción de Antonio Gómez Ramos, 3ª ed. Madrid, Minima Trotta.

LEITE, Duarte (1941), *Acerca da «Crónica dos Feitos da Guinee»*, Lisboa, Livraria Bertrand.

MARNOTO, Rita (2020), “*Il Libro del cortegiano* e «a forma de cortesia», in Baldassarre Castiglione, *O Livro do Cortesão*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 9-50.

MATOS, Sérgio Campos (2008), “A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX”, in [...], *Consciência Histórica e Nacionalismo. Portugal, Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte.

PROTÁSIO, Daniel Estudante (2016), *Pensamento histórico e acção política do 2.º Visconde de Santarém*, Lisboa, Edição de autor.

_____ (2018), *2º Visconde de Santarém (1791-1856). Uma biografia intelectual e política*, Lisboa, Chiado Books.

_____ (2019) [org.], *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

SANTARÉM, 2.º Visconde de (1827), *Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais, que em Portugal se celebraram pelos Três Estados do Reino. Ordenadas, e compostas neste ano de 1824, parte 1*, Lisboa, impressão régia.

_____ (1832) [anónimo], *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima, o Senhor Dom Miguel I, rei de Portugal e dos Algarves e seus domínios*, Lisboa, impressão régia.

_____ (1849), *Éssai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-âge, et sur les progrès de la géographie après les grandes découvertes du xv siècle, pour servir d'introduction et d'explication a l'atlas composé de mappemondes et de portulans, et d'autres monuments géographiques, depuis le VI siècle de notre ère jusqu'au XVII. par le vicomte de Santarem, des Académies*

des Sciences de Lisbonne, de Berlin, de l'Institut de France, des Sociétés de Géographie de Berlin, Francfort, Londres, Paris, et de Saint- Petersbourg, etc. t. I, Imprimerie Maulde et Renou.

----- (1849), *Atlas composé de mappemondes et de portulans, et de cartes hydrographiques et historiques depuis le VI de notre ère jusqu'au XVII siècle, pour la plupart inédites, et tirées de plusieurs bibliothèques de l'Europe, devant servir de preuves à L'Histoire de la Cosmographie et de la Cartographie pendant le moyen-âge et à celle des progrès de la géographie, après les découvertes maritimes et terrestres du XVe siècle, effectuées par les portugais, les espagnols et d'autres peuples. Recueillies et gravées sous la direction du... Publiées sous les auspices du gouvernement portugais, Imprimerie Maulde et Renou.*

----- (1960; 1ª ed. 1841), *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

----- (1989; 1.ª ed. 1841), "Introdução", in Gomes Eanes de Azurara, *Crónica do descobrimento e da conquista da Guiné /Introdução, actualização de texto e notas de Reis Brasil*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 17-24.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de el Rei D. Afonso V, sob a direcção científica, e segundo as instruções do ilustre Infante D. Henrique pelo cronista Gomes Eannes de Azurara*; fielmente trasladada do manuscrito original contemporâneo, que se conserva na Biblioteca Real de Paris, e dada pela primeira vez à luz per diligencia do Visconde da Carreira...; precedida de uma introdução, e ilustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarém... e seguida de um glossário das palavras e frases antiquadas e obsoletas. Paris: publicada por J. P. Aillaud, na Oficina Tipográfica de Fain e Thunot, 1841.

ANEXOS

Anexos

Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais, que em Portugal se celebraram pelos Três Estados do Reino. Ordenadas, e compostas neste ano de 1824, parte 1.ª, 1827, pp. III-V.

Advertência preliminar

As instituições e costumes de um povo são a matéria mais interessante de uma nação, o seu conhecimento o estudo mais necessário ao bom cidadão; a falta deste conhecimento tem constantemente levado ao precipício os governos e as nações que o têm desprezado. A simples lição da história do espírito humano mostra estas verdades em toda a sua luz.

Desgraçadamente para o nosso Portugal, o conhecimento das nossas cousas pátrias não só tem há tempos sido de todo abandonado, mas, o que é mais espantoso, se tem até promovido por todos os meios a ignorância delas! Daqui resulta, na parte de Direito Público e na de História, o ser-nos aplicado o que [Francis] Bacon dizia da Filosofia: que a maior parte dos abusos e erros dos homens provinham das falsas noções das ideias. Que era, pois, necessário refazer as mesmas ideias. Nós necessitamos, portanto, remediar as nossas confusões históricas.

O estudo do passado e dos monumentos que nos precederam é, pois, a ocupação mais digna e mais filosófica do homem de bem. Devemos o terreno em que nascemos aos nossos maiores, que morreram depois de o haverem conquistado e nós colhemos seus

trabalhos e seus sacrifícios. Seria, pois, a maior ingratidão e indignidade se nos esquecêssemos de conservar intacto e sempre presente este património de honra e de glória que nos legaram as gerações passadas.

Deste estudo, pois, se colige que parte alguma das nossas cousas pátrias é mais ignorada atualmente do que a das nossas antigas instituições.

Quando refletimos atentamente nos períodos históricos que precederam as cortes de Lamego e que os confrontamos com os que sucederam a esta época notável da fundação da monarquia, vemos demonstradas três importantíssimas circunstâncias.

1.º, que os lusitanos, desde a mais remota antiguidade e quando os romanos entraram na península da Ibéria se governavam por leis suas, como atesta Apiano (escritor romano mui estimado), quando fala dos diferentes reinos de que se compunha a península, dizendo, *Lusitani pars alia hispanorum suis legibus viventium* [Os lusitanos são outra parte dos hispânicos vivendo de acordo com leis próprias]. Eles elegiam os seus chefes em assembleias gerais, como foram as eleições dos Tântamos, dos Apimanos, dos Viriatos, etc. De onde se colhe que havia um governo organizado, eletivo-militar. Mas todavia moderado por leis próprias, como claramente o escreve o citado Apiano.

2.º, que a prioridade da nossa representação pelos Três Estados é muito mais antiga que a das outras nações da Europa [...]

3.º, que nas matérias tratadas nas nossas antigas cortes se encerram muitos e importantes princípios de Direito Público e das garantias individuais, tão reclamadas pelos publicistas modernos.

Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima, o Senhor Dom Miguel I, rei de Portugal e dos Algarves e seus domínios (1832)

A nação portuguesa, desde a gloriosa fundação da monarquia, deve a sua liberdade ao seu inabalável e constante amor pela independência, ao seu aferro às suas Leis Fundamentais e aos princípios do seu Direito Público constitutivo, que excluem do exercício da soberania aquele príncipe que não for natural destes reinos, aquele príncipe, que não exercer a soberania dentro dos mesmos reinos; que excluem do exercício da mesma soberania todo aquele príncipe que, ainda mesmo tendo direitos reconhecidos à sucessão da coroa, tenha feito a guerra e cometido hostilidades contra a sua pátria.

Sobre estes sólidos fundamentos se consolidou, pelo longo decurso dos séculos, o majestoso edifício nacional da monarquia. O trono resplandeceu, a prosperidade dos portugueses e o seu renome subiu ao maior auge por uma continuação de vitórias e de gentilezas de valor tais, que nenhuma história de outro povo oferece nem tantas, nem tão extremadas, em tão curto período.

Herdeiros os portugueses das heroicas virtudes de seus antepassados [os lusitanos], que fizeram tremer as legiões romanas, que, apesar de avassalarem o mundo então conhecido, os respeitaram pelo seu amor da independência, não consentiram que esta fosse impunemente atacada.

Pela conservação da sua religião, das suas liberdades e instituições, puderam expulsar os sarracenos e os foram vencer e desbaratar no seu mesmo assento africano. Foi por elas que os portugueses prestaram à navegação serviços, que nenhuma outra nação pôde imitar. Foi pelo valor que elas lhes inspiraram, que os portugueses mostraram à

Europa os caminhos do universo. Foi por elas que os portugueses, primeiro do que outro algum povo, abriram ao antigo continente a rota para conhecer todas as produções de todos os climas, a índole e situação de tantos povos diversos. Foi por elas que os portugueses ditaram as leis ao Egito, à Índia, à Arábia e à Pérsia. Foi por elas que o dialeto português foi quase a língua universal. Foi por elas que os maiores potentados da Ásia, humilhados, disputavam a preferência e a honra de serem tributários de Portugal. Foi por estes mesmos elementos de força nacional que Portugal se fez respeitado, temido e próspero. Foi por estes mesmos elementos que a nação portuguesa acabou sempre por triunfar de todas as mais violentas crises em que se tem achado.

Crónica do Descobrimento e conquista da Guiné, por Gomes Eanes de Zurara (1841)

Introdução (pelo Visconde de Santarém)

Quando se examinam com atenção os altos feitos obrados pela nação portuguesa no XV.º e XVI.º séculos na carreira das navegações, e do comércio marítimo, não podemos deixar de admirar esta nação, vendo-a em um período tão curto passar além do cabo da Boa Esperança, descobrir, reconhecer, explorar, descrever e ocupar ou dominar em toda a sua vasta circunferência, todas as costas de África, e estender o seu domínio na Ásia sobre uma superfície de mais de oito mil léguas e, não satisfeita ainda destes triunfos, ditar as suas leis a trinta e três reinos que fizera tributários!

Cresce a nossa admiração quando se contempla o valor, e intrepidez de um português (Fernão de Magalhães) que, atravessando na sua maior extensão o oceano, consegue pela primeira vez fazer a circum-navegação do globo. Esta admiração ainda mais se aumenta quando se reflete que a nação portuguesa descobrira, pelos mesmos tempos, a parte oriental do Novo Continente, enquanto por outro lado estendia o seu domínio na Ásia desde a costa oriental de África até à península de Malaca e às Molucas. Domínio tanto mais admirável, quanto era sustentado por uma cadeia de praças-fortes e pelo estabelecimento de feitorias comerciais. Quando, pois, se medita atentamente na rapidez com que se sucediam uns aos outros tais acontecimentos, não podemos deixar de ficar absortos à vista daqueles grandes feitos, e não menos da incrível energia, da força sem exemplo, do desejo ardente de glória, que se desenvolveu, desde a primeira metade do século XV.º até à outra metade do século seguinte, nesta nação que, antes daquela época memorável, vivia circunscrita no seu próprio território!

Com efeito, a história não nos mostra que em alguma outra nação se operasse um tal prodígio; não nos mostra outro exemplo de uma tão rápida elevação ao cume da grandeza e do poder. Se examinarmos a mesma história de Roma, vemos que esta nação, quando chegara ao apogeu da sua grandeza, não conquistara ao mesmo tempo, como fizeram os portugueses, tantos povos, e tantos estados, não dominara tantas nações, nem se apossara com tanta rapidez de tantos cetros.

É na verdade um espetáculo magnífico e por certo digno de meditação do historiador e do filósofo, quando contemplar na transformação rápida de um dos pequenos estados da Europa, e, um dos mais poderosos do globo e vê-lo a mudar a sorte e a situação comercial do mundo, reduzindo grandes impérios ao nível dos pequenos Estados e elevar outros que até então eram medíocres, à categorias de grandes potências. Vê-lo, enfim, produzir uma revolução imensa, revolução que abrange todas as partes do globo

e que ligou o antigo ao novo mundo, estabelecendo comunicações entre as nações que até ali eram as mais desconhecidas e remotas!

A nossa admiração ainda é maior quando vemos, a par destas façanhas e para que elas se não apagassem nas futuras idades da memória dos homens, produzir a nação, ao mesmo tempo, uma multidão de homens de primeira ordem que as recontam nos seus escritos, ou as cantam em seus poemas; conservando assim à sua pátria não símplices e fabulosas tradições, mas a relação autêntica de factos verdadeiros de que foram testemunhas, ou em que eles mesmos tomaram parte, identificando-se assim a glória militar com a científica e literária, quando, aliás, a idade de ouro da literatura romana só existirá no tempo da paz, enquanto a nossa viveu e se aumentou no meio das batalhas e à sombra dos louros das vitórias.²⁴

Éssai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-âge, et sur les progrès de la géographie après les grandes découvertes du xv siècle, pour servir d'introduction et d'explication a l'atlas composé de mappemondes et de portulans, et d'autres monuments géographiques, depuis le VI siècle de notre ère jusqu'au XVII. par le vicomte de Santarem, des Académies des Sciences de Lisbonne, de Berlin, de l'Institut de France, des Sociétés de Géographie de Berlin, Francfort, Londres, Paris, et de Saint-Petersbourg, etc. t. I, 1849, pp. XIII-XV.

Introduction

La géographie est de toutes les sciences celle qui fait le mieux voir par quelle route longue et pénible l'esprit humain sortit des ténèbres de l'incertitude, et parvint à des connaissances étendues et positives. Et en effet, le lecteur verra, dans cet ouvrage, que la connaissance du globe que nous habitons est restée à peu près la même chez les Européens pendant l'espace de dix siècles. Les savants de l'Europe, les hommes les plus éminents depuis la chute de l'empire Romain, au Ve siècle, jusqu'aux grandes découvertes des Portugais, ne firent suivre servilement les doctrines des anciens. que Quelques géographes du moyen-âge, pour imiter en tout les anciens, composèrent des poèmes géographiques, comme le témoigne le poème géographique composé au VIIIe siècle et aujourd'hui conservé à la bibliothèque de Paris, ainsi que les manuscrits de l'Image du Monde, d'Omons, les poèmes attribués à Gauthier de Metz, la géographie de Berlinghieri et d'autres. Ils imitèrent Denis le Périégète, Aviénus, Priscien, Scymnus de Chio, et d'autres géographes anciens. Aussi, un auteur a eu raison de dire que l'astronomie avait fait plus de progrès que la géographie, et qu'on connaissait mieux le ciel que la terre. D'une part, la monotonie des ouvrages du moyen-âge, les difficultés qu'offrait la lecture de plusieurs manuscrits de cette longue période de l'histoire, dans lesquels se trouvent éparses quelques rares notions géographiques; de l'autre part la patience qu'il fallait pour examiner, pour étudier sous ce point de vue les maigres chroniques de cette époque, ou les grands ouvrages consacrés à la théologie et aux sciences ecclésiastiques qui renferment parfois des renseignements géographiques; enfin à toutes ces difficultés, faites. Le nombre XV — pour décourager le zèle le plus ardent, ajoutons encore la direction unique des esprits qui, dès l'époque de la restauration des sciences au XVe siècle, se portèrent sur l'étude exclusive de l'antiquité classique: telles furent les causes auxquelles nous devons attribuer le silence gardé sur les connaissances cosmographiques et sur la cartographie du moyen-âge, par tous ceux qui se sont occupés des sciences géographiques après le grand siècle.

Introdução (Tradução livre)

De todas as ciências, a geografia é aquela que melhor faz ver a rota longa e penosa pela qual o espírito humano deixou as trevas da incerteza e alcançou conhecimentos extensos e positivos. E com efeito, o leitor verá, nesta obra, que o conhecimento do globo que habitamos permaneceu quase o mesmo, entre os europeus, durante o período de dez séculos. Os sábios da Europa, os homens mais eminentes depois da queda do império romano, no século V, até às grandes descobertas dos portugueses, não conseguiram mais do que seguir servilmente as doutrinas dos antigos. Alguns geógrafos da Idade Média, para imitarem em tudo os antigos, compuseram poemas geográficos, como o testemunha o poema geográfico composto no século VIII e ainda hoje conservado na biblioteca real de Paris, assim como os manuscritos de *Imago Mundi*, de Omons, os poemas atribuídos a Gauthier de Metz, a geografia de Berlinghieri e outros. Eles imitaram Dionísio Periegeta, Avieno, Prisciano, Scymnus de Chios e outros geógrafos antigos. Também, um autor teve razão de dizer que a astronomia fez mais progressos do que a geografia e que se conhecia melhor o céu do que a terra. Por um lado, a monotonia das obras da Idade Média, as dificuldades que ofereciam a leitura de vários manuscritos desse longo período histórico, nos quais se encontravam dispersas algumas raras noções geográficas. Por outro, a paciência que se fazia necessária para examinar, para estudar, sob esse ponto de vista, as magras crônicas desta época, ou as grandes obras consagradas à teologia e às ciências eclesiásticas que encerram, por vezes, informações geográficas. Enfim, a todas estas dificuldades, acumuladas para desencorajar o zelo mais ardente, juntamos ainda a direção única dos espíritos que, desde a época da restauração das ciências, no século XV, se dedicam exclusivamente à antiguidade clássica. Tais foram as causas às quais devemos atribuir o silêncio guardado sobre os conhecimentos cosmográficos e sobre a cartografia da Idade Média, por todos os que se ocuparam das ciências geográficas depois daquele grande século.

Alguns mapas do Atlas do 2º Visconde de Santarém

As imagens das figuras 3 a 11 foram reproduzidas de CARVALHOSA, Manuel Francisco de Barros Leitão, 2.º Visconde de Santarém, *Atlas composé de cartes Hydrographiques et Historiques depuis le XIe Jusqu'au XVIIe Siècle: pour la plupart inédites, et Tirées de Plusieurs Bibliothèques de l'Europe devant servir de preuves a l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la Côte Occidentale d'Afrique au dela du Capo Bojador par les portugais et l'Histoire de la Géographie du Moyen Age, recueillies et gravées sous la direction du Vicomte de Santarém*. Paris: Imprimerie de Fain et Thunot, 1842. 1 atlas, 3 p. de texto, 83 f.; 75 cm, fólhos 1- 5.

Imagens graciosamente cedidas pelo Museu de Marinha da Marinha de Guerra Portuguesa

Figura 3: Mapa-Mundo com datação aproximada do Século X

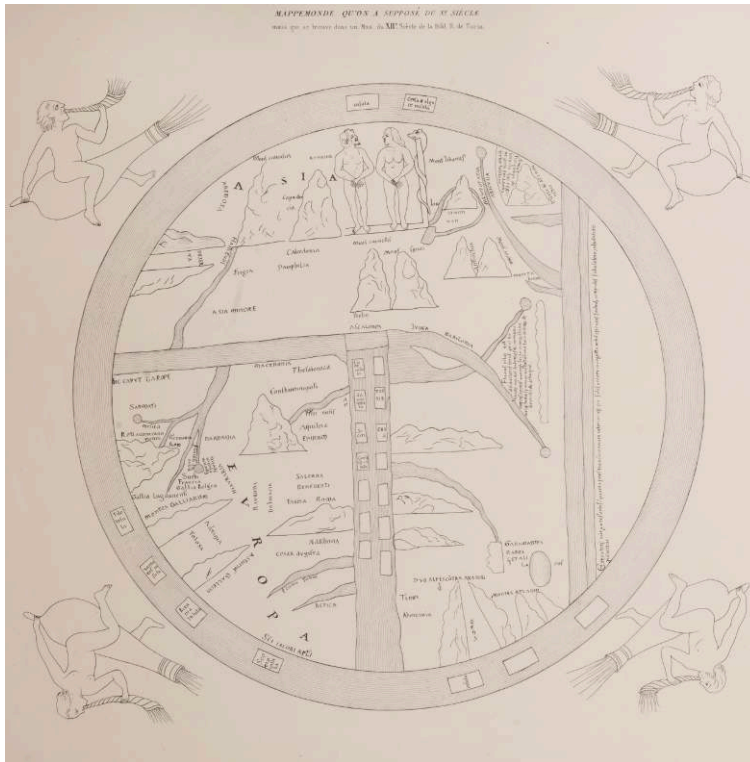


Figura 4: Planisfério do Século XI

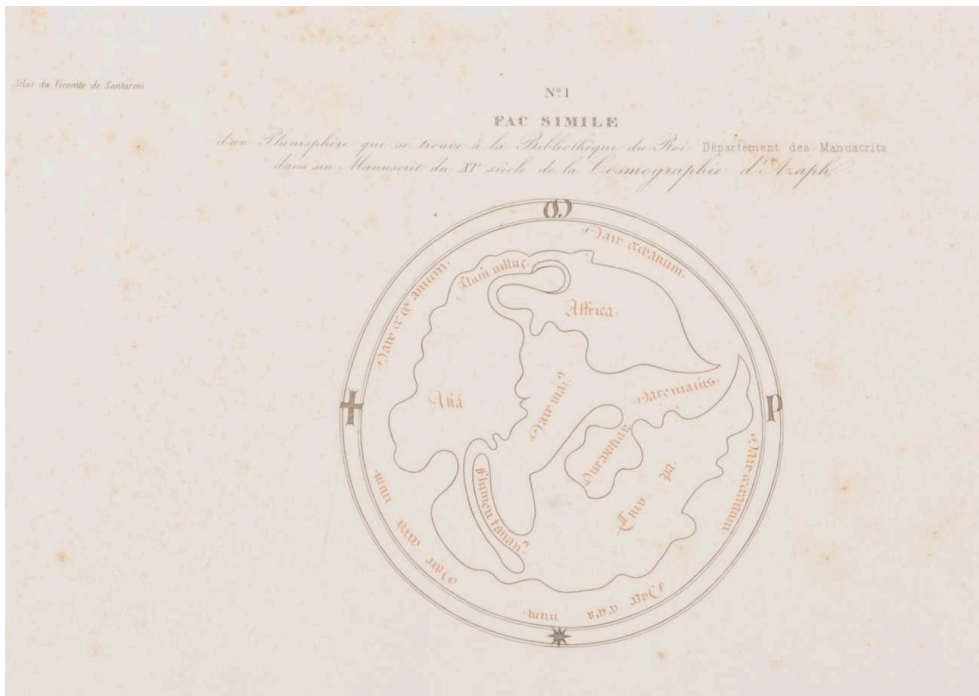


Figura 5: Mapa-Mundo do Século XI

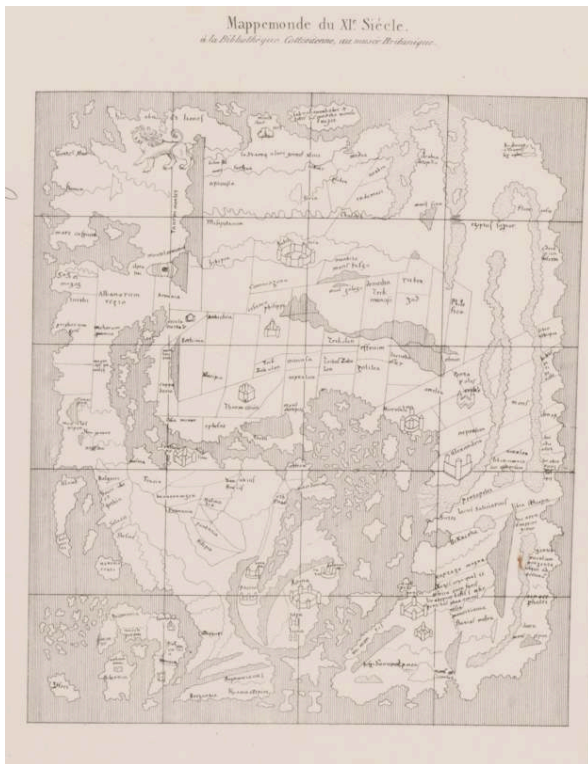


Figura 6: Planisfério do Século XI que surge nos comentários do Tratado da Esfera. Da autoria de Johannes Sacrobosco (Século XIII)



Figura 7: Mapa-Mundo do Século XIII

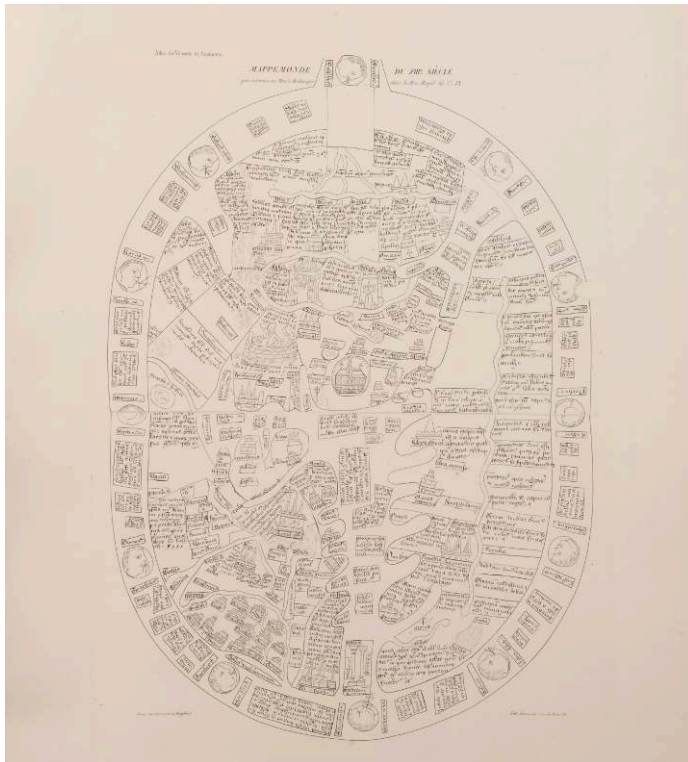


Figura 8 Planisfério de um Manuscrito do Século XIV

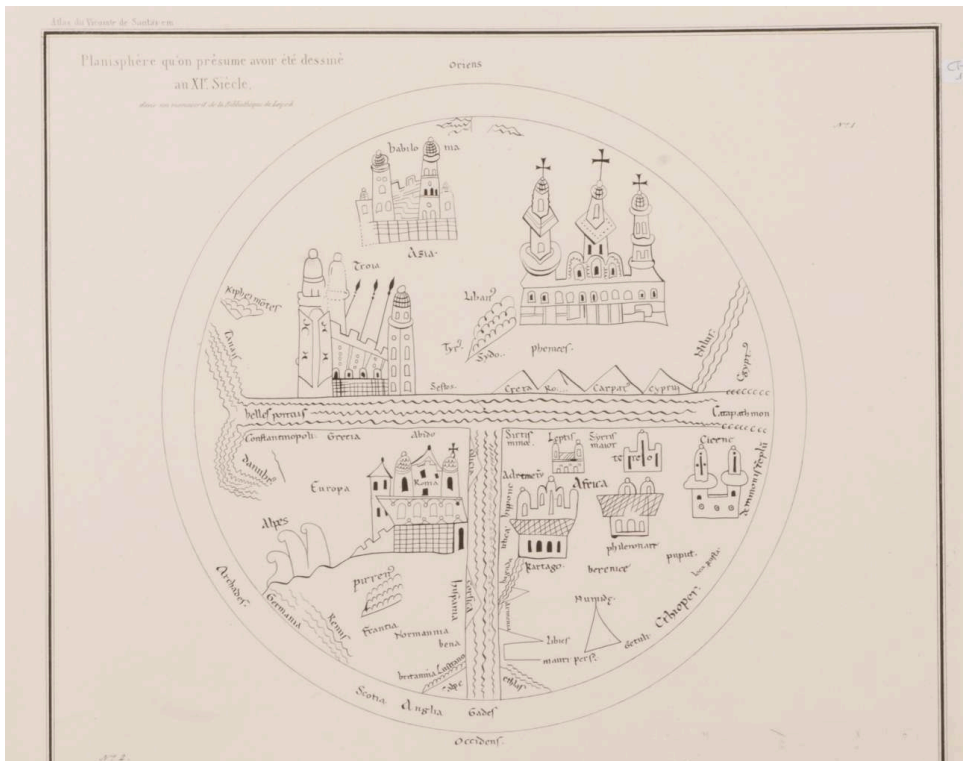


Figura 9: Planisfério de um manuscrito do Século XIV

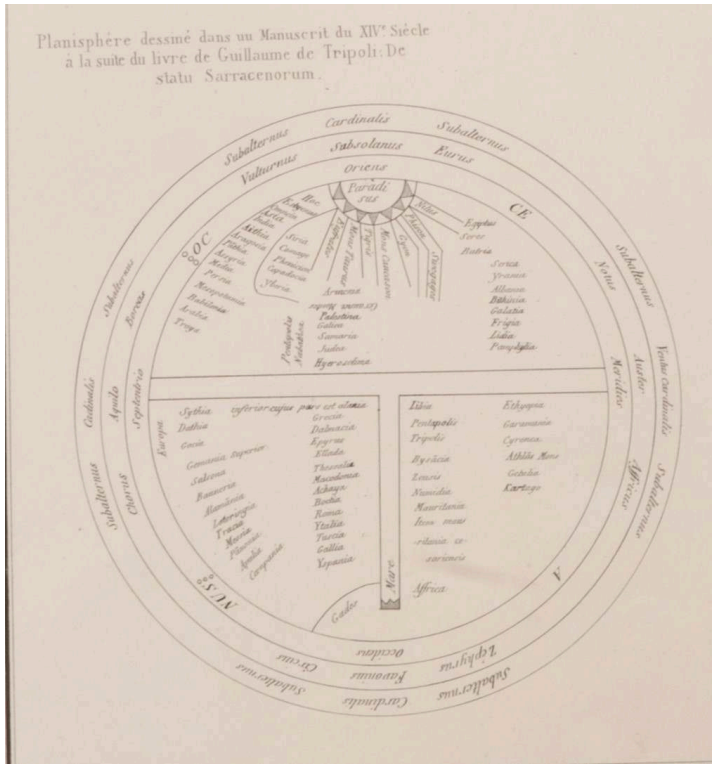


Figura 10: Planisfério de um manuscrito do Século XIV

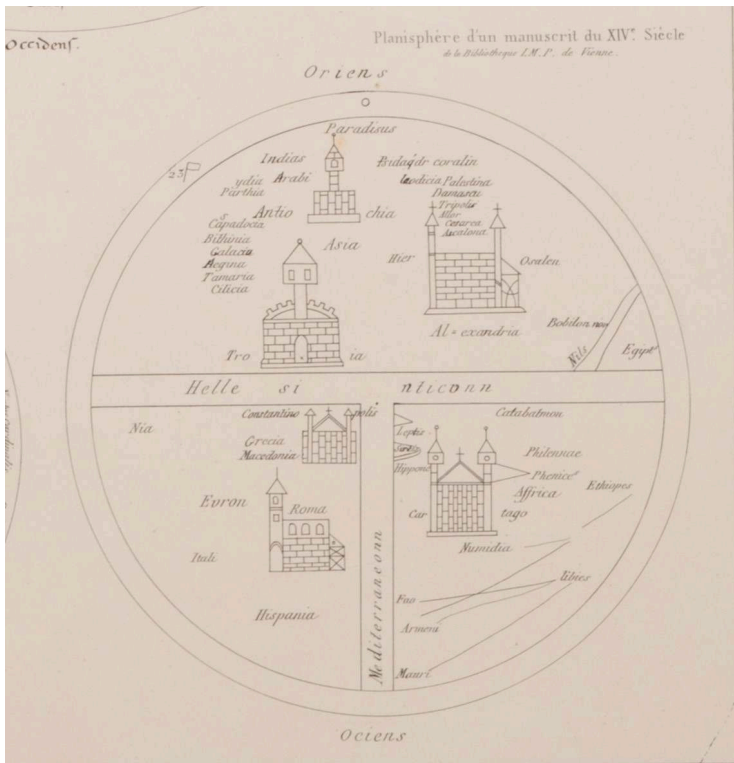


Figura 11: Planisfério do Século XIV



NOTAS

1. Castiglione 2020 [1.ª ed., 1528]: 108, n. 180.
2. Rita Marnoto, comentários a Castiglione 2020 [1.ª ed., 1528]: 120, ns. 225 e 226.
3. Vocação falhada, acrescente-se, pois não singrou na carreira.
4. Lei do Património, 1721, criação das Secretarias de Estado, 1736 e Lei dos Tratamentos, 1739.
5. “Não sendo novo o motivo (cf. Cícero, de officiis, I, XXV, 89), é novo o seu significado cultural e político, na Itália do início do século XVI: a possibilidade da boa educação, comportando ensinamentos humanísticos, promover alguns que não nasceram aristocratas [mas de forma moderada], formando qualidades (prudência, liberalidade, magnificência) que, prevalecendo sobre a crueldade, a vulgaridade, a ignorância, assegurem tempos de equilíbrio, paz e justa medida entre as partes sociais e facções políticas, nostalgicamente personificados em Lorenzo, o Magnífico [e em D. João VI, até 1820]” (Rita Marnoto, comentários a 2020 [1.ª ed., 1528]: 111, n. 192).
6. Veja-se, a esse propósito o que escreve a Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), político ordeiro e regenerador, que consegue hostilizar Alexandre Herculano: “É aos livros que devo a tolerância dos princípios e as convicções profundas da indispensável necessidade de ordem nas sociedades humanas” (Protásio 2016: 4).
7. Veja-se, sobretudo, Leite 1941: passim.
8. Protásio 2016, Protásio 2018 e Protásio 2019 [org.].
9. Protásio 2018: 188-189, 208-210 e 304-309.
10. Primeiro em 1820-1821, depois, definitivamente, de 1834 até à morte, em 1856.

11. Sobre a relação ambígua de Ferdinand Denis, visconde de Santarém e Francisco Adolfo de Varnhagen, a propósito da localização, cópia e edição do manuscrito de Zurara, consulte-se Protásio 2018: 207-209.
 12. Gomes 1841: VI-VII.
 13. Santarém 1960: 21.
 14. Entre 1834 e 1856.
 15. Cortesão 1960: 33. Armando Cortesão prosseguirá com os estudos do visconde de Santarém, sendo um dos seus mais acérrimos defensores.
 16. Veja-se Protásio 2018: 205-220.
 17. Em 1855 publica um opúsculo em que demonstrava os direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz, com sustentação em diversa documentação, cartas geográficas, obra dos cronistas Ruy de Pina, Garcia de Resende, João de Barros. Santarém alegava a prioridade portuguesa no descobrimento dos territórios, a posse de Portugal, a introdução do Cristianismo, a conquista pelas armas e o reconhecimento do domínio português por parte dos chefes indígenas. Uma expedição foi enviada por Portugal a esses territórios, em 1855. Ver Matos 2008: 56.
 18. Garcia 2006: 7.
 19. Cfr. Kosseleck, 2016: 107.
 20. Veja-se Matos 2008: 55.
 21. Seguimos a (feliz) expressão, que perpassa na ideia de um “combate” intelectual e científico, de Diver 2001: 3-8.
 22. Como acentuou João Carlos Garcia, o estudo dos mapas vai conduzir à sua convicção de que era necessária uma nova História da Geografia, que deveria destacar a Idade Média, escrita a partir das fontes cartográficas que evidenciarão a “evolução internacional do conhecimento científico”. João Carlos Garcia, “Mapas e atlas...”, p. 12.
 23. Albuquerque 1989.
 24. Santarém 1989 (1.ª ed. 1841), pp. 17-18.
-

RESUMOS

Numa época em que tanto se fala da Marca Portugal e da necessidade de internacionalizar a cultura nacional, o 2.º Visconde de Santarém (1791-1856) representa um exemplo de excelência e de autenticidade, num autor tanto tradicional quanto inovador. De facto, a fundação da cartografia científica com a publicação do *Atlas...* (cuja segunda tiragem, de 1844, se comemora proximamente), significa um virar de página, relativa à história da cartografia. Humanista, estadista, diplomata, guarda-mor do arquivo histórico português da Torre do Tombo, foi o historiador de Portugal mais conhecido, internacionalmente, nas décadas de 1840 e 1850.

AUTORES

CARLOS MANUEL BAPTISTA VALENTIM

Oficial Superior da Marinha de Guerra Portuguesa. Doutorando no ISCTE – (Instituto Universitário de Lisboa)

DANIEL ESTUDANTE PROTÁSIO

Técnico Superior do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Investigador
Doutorado Integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa e Investigador Colaborador
do CEIS 20 da Universidade de Coimbra